

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Trabalho, Educação e Saúde

ISSN: 1678-1007

revtes@fiocruz.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio

Brasil

Dal Rosso, Sadi

Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde

Trabalho, Educação e Saúde, vol. 4, núm. 1, marzo-agosto, 2006, pp. 65-91

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406757029005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## INTENSIDADE E IMATERIALIDADE DO TRABALHO E SAÚDE

### INTENSITY AND IMMATERIALITY IN LABOR AND HEALTH

Sadi Dal Rosso<sup>1</sup>

**Resumo** A relação entre condições de trabalho e saúde constitui o objeto deste artigo. O crescente grau de intensidade imposto ao trabalho contemporâneo provoca sérios danos à saúde dos trabalhadores. O artigo acresce ao estudo a ótica da imaterialidade, que fornece base para a hipótese de que a transição para atividades imateriais intensificadas está criando um perfil próprio de problemas de saúde para os trabalhadores. A análise empírica é realizada com o auxílio de dados provenientes de levantamento efetuado junto a 825 trabalhadores assalariados do Distrito Federal, Brasil. A análise das informações conduz à conclusão de que existem dois perfis diferenciados de problemas de saúde: o primeiro exemplificado pelas respostas dos trabalhadores da construção civil, protótipo do trabalho material; o segundo pelas respostas dos trabalhadores de telefonia, um ramo de atividades imateriais recentemente privatizado no Brasil e submetido ao rigor da competição internacional. Se a intensificação do trabalho material atinge primordialmente o físico do trabalhador, como nos casos dos inúmeros acidentes de trabalho, a intensificação nas atividades imateriais também conduz a problemas de saúde, mas com um perfil diferenciado, centrado mais em aspectos cognitivos, emotivos, relacionais e sociais da pessoa do trabalhador e do grupo a que pertence.

**Palavras-chave** trabalho; intensidade; imaterialidade; saúde; perfil de problemas de saúde.

**Abstract** This article is about the interrelation between labor conditions and health. The growing intensity of labor causes serious damages to the health of the worker. The concept of immaterial labor provides proper ground for the hypothesis that the intensification of immaterial activities has created a new category of health problems for workers. An empirical analysis was conducted on data from 825 surveyed workers in the Federal District area, in Brazil. The analysis showed the existence of two different health problems: the first illustrated by construction workers, the best example of a material worker, and, the second, by phone-company workers, performing a recently privatized immaterial activity that was exposed to the severity of international competition. The intensification of material labor primarily affects the body of the worker – i.e. the uncountable cases of work accidents – and immaterial labor causes problems with unique characteristics involving cognitive, emotional, relational and social aspects of the worker and the groups that he/she belongs to.

**Keywords** labor; intensity; immateriality; health; characteristics of health problems.

## Introdução

O trabalho contemporâneo está sendo transformado em velocidade es-tonteante pela ação de forças como a exigência de mais resultados. A compreensão desse fenômeno ultrapassa o fato da incorporação ao trabalho de máquinas e meios técnicos como as tecnologias de comunicação e informação típicas de nossa época, inserindo-se na forma da organização coletiva do trabalho assalariado. Desde longo tempo, as demandas por resultados foram nomeadas como processo de intensificação do trabalho. Caberia empregar a imagem de ondas ou vagas para ilustrar este fenômeno, pois ele se repete de tempos em tempos, ainda que atualizado por intermédio de distintos mecanismos. Não poucos autores afirmam que o trabalho assalariado de hoje vem sendo intensificado, desde o final dos anos de 1980, por uma imposição em escala mundial. Essa datação, que se aplica inicialmente aos países mais ricos do planeta, permite singularizar os contornos da onda contemporânea de intensificação do trabalho dentre outras que já afetaram o sistema de assalariamento em eras anteriores, uma onda cujas características são descritas mais à frente e cujas implicações sobre a esfera da saúde este artigo elege como objeto de análise. Particularmente Fairris (2001) e Askenazy (2000) vêm trabalhando sobre a relação entre a crescente intensificação do processo de trabalho contemporâneo e os problemas de saúde que atingiram os trabalhadores dos Estados Unidos da América a partir do final da década 1980. Os dados agregados sobre acidentes e doenças do trabalho disponíveis no Brasil não apresentam a mesma relação estatística. O número de acidentes do trabalho diminui com o passar dos anos (Dal Rosso, Barbosa e Fernandes Filho, 1999). Nossa suspeita, no entanto, é que essas cifras globais podem muito bem ocultar a presença dessa relação que só se manifesta quando pesquisas mais detalhadas são empregadas.

Uma segunda condição do trabalho contemporâneo interfere sobre a saúde dos trabalhadores, ainda que os estudos tenham dado pouca atenção a ela. Refiro-me à lenta, porém constante transição do trabalho material para o imaterial. Essa transição, que é uma tendência intrínseca à substituição da mão-de-obra humana por máquinas e equipamentos, faz-se presente em países de antiga industrialização e pode ser captada pelo envolvimento da maior parte da força de trabalho em atividades de serviços. Serviços e imaterialidade não são a mesma coisa. Mas é especialmente em atividades de serviços discriminadas por ramos que podem ser captados os efeitos do trabalho imaterial.

Neste artigo, pretendo analisar os conceitos de intensidade e de imaterialidade aplicando-os às condições de trabalho e relacionando-os com a questão da saúde dos trabalhadores. É inquestionável que alterações tão profundas nas condições de trabalho quanto à elevação do grau de esforço

exigido e a transição para trabalhos imateriais produzem efeitos sobre a saúde do trabalhador. Mas, que implicações? Fairris (2001) e Askenazy (1999) apresentam argumentos estatísticos de que ocorreu um substancial aumento de problemas de saúde entre os trabalhadores estadunidenses com a intensificação do trabalho. Nós procuramos avançar para além desses economistas e especular se, conjugada ou separadamente, intensidade e imaterialidade não estão produzindo um perfil distinto e, em algum grau, novo de problemas de saúde para quem labora em condições de imaterialidade e/ou intensificação. Tal conjunto de problemas de saúde estaria relacionado com as dimensões intelectuais, emocionais, relacionais e sociais do indivíduo e dos grupos, que são as dimensões mais exigidas em trabalhos imateriais e/ou intensificados. Procurando fundamentar com argumentos factuais tal hipótese teórica, submetemos a questão ao crivo de material empírico colhido por meio de levantamento de campo realizado no Distrito Federal, Brasil.

### **Intensidade do trabalho**

Assumindo como válida a afirmação presente em autores como Castel (2004), Gollac e Volkoff (1996) e Valeyre (2003) de que a ‘vaga’ mais recente de abrangência internacional de intensificação do trabalho teria começado ao final de 1980, estendendo-se aos dias de hoje e devendo continuar por um prazo indeterminado, essa identificação temporal conduz a analisar que modificações estão em curso nas condições de trabalho. A questão não se resume a um problema de ordem histórica, mas também a um problema de natureza conceitual. A qual fenômeno do trabalho dá-se o nome de intensidade? O que se entende por intensidade do trabalho? Que categorias os autores empregam para analisá-la? Que perspectivas teóricas são desenvolvidas para explicá-la? Quais os efeitos que a intensificação do trabalho produz sobre a saúde dos trabalhadores? Pode-se pensar em alguma peculiaridade dos efeitos do agir intensificado sobre o físico, a mente, a psique e a relação social daqueles que labutam?

Para enfrentar este encadeamento de perguntas, parece razoável entrarmos na floresta conduzidos pela trilha da simplicidade, começando por clarificar o que se entende por intensificação do trabalho, distinguindo-a de outros fenômenos correlatos, mas de natureza completamente diferente.

Qualquer trabalho – autônomo ou heterônomo, assalariado ou cooperativo, escravo ou servil, camponês, operário ou intelectual – é realizado segundo determinado grau de intensidade. A intensidade é, pois, uma condição intrínseca a todo o trabalho concreto. Ela está presente em todo tipo de trabalho executado. Mas a que característica do trabalho nos referimos quando empregamos a palavra intensidade?

O trabalho é a transformação da natureza, o agir dos seres humanos com o apoio de meios e instrumentos, guiados por um projeto mental (ver Marx, 1975). Quando um projeto conceitual se atualiza na prática, os sujeitos que o realizam gastam um volume variável de suas energias físicas ou psíquicas. A idéia de que todo ato de trabalho envolve gastos de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador, está na raiz da noção de intensidade. O trabalhador pode gastar mais ou pode gastar menos suas energias, conforme o agir seja mais ou menos exigente, mas sempre gasta alguma coisa. Intensidade tem a ver com o modo, com a maneira como é realizado o ato de trabalhar. Este é o primeiro elemento a destacar sobre intensidade do trabalho: ela se refere ao grau de dispêndio de energias pessoais realizado pelos trabalhadores na atividade concreta.

A compreensão da noção de intensidade requer a focalização do raciocínio sobre a pessoa do trabalhador ou seus coletivos, e não sobre os outros componentes do processo com capacidade de alterar resultados, tais como as condições tecnológicas. Sempre que se fala em intensidade do trabalho, volta-se a atenção para a análise de quem trabalha, para o trabalhador. Dele é exigido algo a mais, um empenho maior, seja física, seja intelectual, seja psiquicamente? Não se trata de examinar o desempenho das máquinas ou outras coisas quaisquer. A atenção está centrada sobre quem trabalha para examinar qual o dispêndio qualitativo ou quantitativo de energias.

Uma atividade concreta demanda em medida variável o concurso de todas as capacidades do trabalhador, ainda que o agir faça uso mais focalizado de uma delas – este do esforço físico, aquele do cognitivo e um terceiro do afetivo. É o trabalhador em sua totalidade de pessoa humana que desenvolve a atividade, não apenas o trabalhador enquanto força física, capacidade intelectual ou emocional. A intensidade do trabalho é, pois, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as capacidades de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida, os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável. As relações de cooperação com o coletivo dos trabalhadores, a transmissão de conhecimentos entre si, que permite um aprendizado mútuo, as relações familiares, grupais e sociais, que acompanham o trabalhador em seu dia-a-dia e que se refletem nos locais de trabalho, quer como problemas, quer como potencialidades construtivas, são levadas em conta na análise da intensificação do trabalho.

Na história do capitalismo, a manipulação dos graus de intensidade do trabalho esteve sempre relacionada com o objetivo de resultados. A alteração da intensidade para mais aumenta os resultados do trabalho e a alteração para menos os diminui. Em síntese, quanto maior a intensidade, mais resul-

tados são produzidos pelo trabalho no mesmo período de tempo considerado. No processo de desenvolvimento econômico, a elevação da intensidade do trabalho constitui uma força motora do crescimento. A intensificação do trabalho como produtora de crescimento econômico contém um problema social e moral implícito da maior relevância: não se trata pura e simplesmente de formas distintas de exploração da mão-de-obra humana?

Fala-se de intensificação quando os resultados do trabalho são quantitativa ou qualitativamente superiores e quando a obtenção desses resultados requer um consumo maior de energias do trabalhador. Há intensificação quando ocorre maior gasto de energias do trabalhador no exercício das atividades quotidianas. Quando se trata de trabalho físico, os resultados aparecem em medidas tais como o número de veículos montados por dia por pessoa etc. Quando o trabalho não é físico, mas de tipo intelectual ou emocional, os resultados podem ser encontrados na melhoria da qualidade e na quantidade de serviços.

Um exercício de abstração e de formalização pode facilitar a compreensão do fenómeno a que se dá o nome de intensidade do trabalho. Tome-se uma situação de trabalho qualquer, seja num hospital, numa escola ou num banco, seja numa indústria ou na construção civil, seja, enfim, numa fazenda ou numa granja de produção de aves. Suponha-se que as condições técnicas e as condições externas sejam constantes. Assuma-se ainda como constante o número de trabalhadores e que eles tenham qualificações e níveis educacionais semelhantes. Admita-se, por fim, que o grupo de trabalhadores sob observação opere durante um espaço de tempo definido e constante, como um dia, uma semana, um mês, um ano. Sob tais condições, a obtenção de mais ou de melhores resultados pode ocorrer desde que o grupo de trabalhadores se aplique mais a fundo no trabalho. Dito de outra maneira, mais ou melhores resultados serão conseguidos à medida que o grupo trabalhe mais intensamente no mesmo espaço de tempo considerado. Trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, sem quaisquer adjetivos ou advérbios, supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto maior de energias pessoais para dar conta da carga adicional de trabalho. Resultarão desse envolvimento superior do grupo um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional.

Em suma, para a obtenção de mais ou melhores resultados, em qualquer situação de trabalho que seja, dentro das restrições estabelecidas, o grau de intensidade do trabalho deverá ser superior em alguma medida. Intensidade refere-se àquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, o esforço empregado para dar conta das tarefas adicionais.

Esse exercício de formalização permite captar o fato a que se dá o nome de intensidade do trabalho e distingui-lo de outras noções semelhantes, como a de produtividade. Chama-se intensificação do trabalho aos processos que resultam em maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho. O seu inverso chama-se redução da intensidade do trabalho ou menos trabalho. O termo produtividade, por sua vez, deve restringir-se a descrever os efeitos das mudanças tecnológicas sobre a elevação de resultados. Desta forma, é possível separar os conceitos de intensidade, que se refere ao esforço humano dispendido, e de produtividade, que se aplica às mudanças técnicas agregadas ao trabalho na produção de mais resultados (OECD, 2002).

Intensificação e redução da intensidade do trabalho são processos que se definem em função de relações comparativas no tempo. Comparando a intensidade nos momentos t1 (antes) e t2 (depois), pode-se reconhecer se houve intensificação ou redução da intensidade do agir.

Alain Fernex (2000), com base nos estudos de Marx (1975), introduz o problema da intensidade com o seguinte argumento:

“(...) um crescimento da produção no curso de um período dado, para um número de homens-hora determinado, pode resultar de três fatores: 1) ou resulta do aumento da produtividade do trabalho, se a quantidade de trabalho dispensado não mudou; 2) ou é proveniente estritamente de uma intensificação do trabalho, se, todas as coisas iguais de outro lado, o único elemento suscetível de explicar este crescimento é um aumento da quantidade de trabalho contido no mesmo número de homens-hora; 3) ou existe a combinação dos dois efeitos, e esta situação parece ser a mais ‘plausível’, mas também a que apresenta mais dificuldades” (Fernex, 2000, p. 10-11).

Este autor também opera com a noção de carga total de trabalho, emprestada de outro autor, Marc Bartoli (1980), visando a esclarecer a singularidade do conceito de intensidade do trabalho. A noção de carga total de trabalho compreende todos os elementos componentes do trabalho humano, seja no sentido fisiológico, mental, relacional ou psíquico. Tal visão ampla de intensidade objetiva superar a concepção simplória fundada apenas no esforço físico.

Para concluir a seção, gostaria de levantar uma questão mais problemática. Como é determinada a intensidade do trabalho? O grau da intensidade pode ser determinado pelo próprio trabalhador, tal como acontece no trabalho autônomo, no trabalho familiar e no trabalho cooperativo, ou por outros sujeitos, como no trabalho heterônomo. Tais distinções são necessárias porque as relações específicas a cada tipo de trabalho passam por determinações também particulares quanto ao vínculo ou subordinação que se

estabelece entre o agente trabalhador e o agente controlador do trabalho. No modo capitalista de produção, assim como no modo escravista e no servil, o controle da intensidade do trabalho sai das mãos do trabalhador e passa a ser definido, total ou parcialmente, pelo empregador (Marx, 1975). O grau da intensidade do agir resulta de uma disputa, de um conflito social que opõe o interesse dos trabalhadores ao dos empregadores. Não é o indivíduo trabalhador quem define autonomamente suas condições de trabalho e estabelece o grau de empenho pessoal com a atividade. O ato de compra e venda da força de trabalho confere ao comprador poder sobre como será utilizada a mercadoria força de trabalho. As empresas e os administradores pautam determinações inarredáveis sobre como deve ser realizada determinada tarefa e, conseqüentemente, sobre o grau de intensidade do trabalho requerido. Os empregadores sentem-se com todo o poder nas mãos para administrar o modo como é feito o trabalho e, *ipso facto*, o grau de intensidade do trabalho, uma vez que no contrato não existe cláusula que vincule de antemão essa determinação.

Os vendedores da força de trabalho só não ficam completamente à mercê dos empregadores por duas razões. A primeira é sua capacidade de luta e sua força de resistência. A segunda, a existência prévia de padrões de intensidade do trabalho construídos através do tempo e que os trabalhadores assumem como referência. Nem um nem outro argumento confere inteiramente ao trabalhador o poder de controlar o grau da intensidade do seu lidar (Durand e Girard, 2002). A intensidade do trabalho permanece, pois, como objeto de infindável disputa entre capitalistas, que exigem mais empenho e mais resultados, e trabalhadores, que resistem e buscam manter seus ritmos e cargas definidas pessoal ou grupalmente.

### **Materialidade e imaterialidade**

Na época em que Marx propôs a metáfora da porosidade para iluminar o conceito de intensidade do trabalho, as Revoluções Industriais Inglesa e Estadunidense estavam em pleno andamento, o que fazia convergir toda a análise para a produção e o trabalho materiais. Para as sociedades pré-industriais, tal perspectiva aplicava-se ainda mais devido à sua dependência do trabalho sobre a natureza como maneira de garantir a sobrevivência. Nesses momentos, tanto quanto hoje, o trabalho material repercutia sobre o trabalhador como um todo, seus músculos, seu cérebro, seus nervos, seu coração, sua emoção, suas relações sociais. No trabalho material ou físico, o trabalhador faz uso de outras faculdades além de sua energia física. Ele aplica sua inteligência, sua capacidade de concepção, de criação, de análise, de lógica. Emprega os componentes de afetividade ao relacionar-se com as



pessoas, os colegas de trabalho, os dirigentes das empresas e os clientes. Utiliza as experiências adquiridas anteriormente no trabalho, seja em termos relacionais e grupais, seja em termos de habilidades individuais herdadas geração após geração ou aprendidas nos processos educativos. Toda a definição de trabalho passa por certa componente de reflexão intelectual ou envolvimento efetivo do trabalhador que não seja apenas exercício de força física, ainda que esse trabalho seja o do escravo que lida na lavoura de café, ou do assalariado que carrega sacos de cimento, ou do funcionário público que separa correspondências sem cessar. Em qualquer destes exemplos pode ser identificada a participação da inteligência, da cultura adquirida, da socialização herdada, das relações construídas pelo trabalhador. O trabalho ocupa a pessoa como um todo. Todos os aspectos de sua personalidade são envolvidos no ato de trabalhar.

Da Revolução Industrial e das sociedades pré-industriais, descritas por Karl Marx, Ricardo e Adam Smith, para hoje os tempos mudaram. Em decorrência do aprofundamento da divisão social do trabalho e do emprego de equipamentos pensantes, de comunicação e de armazenamento de informações particularmente poderosos aplicados ao trabalho e à produção, enfim, com os avanços tecnológicos alcançados através dos tempos, na atualidade o espaço ocupado pelo trabalho imaterial no conjunto das atividades humanas expandiu-se muito. As atividades operativas, hoje, passam a incorporar cada vez mais tecnologias de informática, de comunicação e de automação, que, por sua vez, ocupam muito mais a dimensão de conhecimento e de inteligência prática do trabalhador do que em épocas anteriores. Mesmo tradicionais atividades industriais e primárias são transformadas pela revolução tecnológica, incorporando também uma grande fatia de trabalho imaterial. O sistema toyotista talvez seja aquele que mais recorra à inteligência do trabalhador no trabalho industrial, não pela promoção de sua autonomia ou liberdade (Boltanski e Chiapello, 1999), mas pelo uso da capacidade de controle de defeitos, pela eliminação das perdas, pelo controle de diversas máquinas por um mesmo trabalhador e pelo uso da criatividade deste em benefício da empresa, mediante a ativação das dimensões da socialização e do relacionamento cooperativo com os outros através do trabalho em equipes e dos círculos de controle de qualidade.

Assim como a Revolução Industrial repercutiu sobre a classe trabalhadora, dando origem à classe operária industrial, a Revolução Informacional gera a classe do trabalhador flexível das atividades imateriais.

Os estudos de intensidade, tanto do passado quanto do presente, tomam por objeto prioritariamente o trabalho material, sendo o setor industrial o mais estudado e as indústrias de automóveis o ramo isoladamente mais pesquisado (Gounet, 2001; Gorgeu, Mathieu e Pialoux, 2002; Valeyre, 2003; Durand e Girard, 2002). Uma primeira razão justifica a preferência

destes estudos pelas indústrias automobilísticas e pelo setor industrial. O ramo automotivo concentra enormes volumes de capitais num seleto grupo de oligopólios, que operam mundialmente e participam de uma desvaivada corrida por fatias do mercado, competição que conduz a uma procura frenética por maiores ganhos de produtividade. Dois dos mais importantes sistemas de produção industrial, o fordismo e o toyotismo, foram gerados dentro do ramo automotivo, e suas práticas intensificadoras daí se espalharam para todos os outros ramos econômicos nos quatro cantos do mundo. Em segundo lugar, o ramo automotivo converteu-se em paradigma pela expressão do segmento operário dentro da classe trabalhadora e pelas lutas memoráveis que os metalúrgicos conduziram e que deixaram marcas indelévels na história do trabalho.

Mas é erro grosseiro pensar que intensificação do trabalho ocorre apenas no setor industrial e no ramo automotivo. Muito pelo contrário. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e sem fronteiras, tais como as atividades financeiras e bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, sistemas de transportes, ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e outros serviços imateriais, o trabalhador é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento no trabalho. Tais atividades não materiais estão em estado avançadíssimo de reestruturação econômica (Webster, 2001; Kelliher e Gore, 2002; Askenazy, 1999 e 2000), e nelas o emprego de trabalho intensificado é prática corriqueira.

A passagem das atividades industriais para as de serviços conduz a implicações teóricas profundas (Marx, 1975; Lazzarato, 1992; Gorz, 2003; Negri 1992; Mészáros, 2002). Marx, que desenvolveu o conceito de mais-valia para explicar o valor do trabalho, concentrou sua atenção na noção de tempo médio socialmente necessário, que se aplica mais à materialidade do que à imaterialidade do trabalho. O crescente desenvolvimento da divisão social do trabalho em direção ao campo da imaterialidade estabelece a necessidade de desenvolver a noção de mais-valia relativa para responder às questões do trabalho intelectual e do envolvimento afetivo na geração do valor. Além disso, torna-se imprescindível, dado o crescente espaço ocupado pelos serviços no emprego da mão-de-obra mundial, rediscutir a questão da produtividade ou improdutividade do trabalho no setor dos serviços. Se alguns serviços, tais como comércio de mercadorias, eram considerados improdutivos à era de Marx, de forma análoga outros serviços eram considerados produtivos e não podem ser lançados à vala comum do trabalho improdutivo pelo simples argumento de que o trabalho no setor de serviços é genericamente improdutivo. Pesquisa, comunicações, telefonia, cultura, serviços educacionais, de saúde, lazer e esporte, apenas para mencionar alguns que, na classificação tripartite do emprego, recaem no setor de ser-

viços, jamais podem ser considerados improdutivos, sob pena de desvirtuar toda teoria do valor trabalho na atualidade. A divisão tripartite proposta por Colin Clark em 1940 e largamente adotada no mundo todo não constitui critério de produtividade ou improdutividade para a teoria do valor trabalho. Rediscutir a questão da improdutividade do trabalho imaterial, separando dele aqueles serviços que contribuem de maneira exponencial para a valorização do trabalho, é um imperativo para o 'aggiornamento' da teoria.

Há que distinguir as atividades de serviços com base na materialidade, das atividades de serviços com base na imaterialidade. Naqueles serviços baseados na materialidade, o emprego da mão-de-obra pauta-se tão integralmente no trabalho físico e corporal quanto o trabalho industrial. Assim, as atividades vinculadas à prestação de serviços pessoais tais como bares, restaurantes, e os serviços que os viabilizam, entre eles as cozinhas e a produção de alimentos e bebidas, equiparam-se ao trabalho industrial no sentido de sua materialidade. O mesmo se aplica a inúmeros outros serviços que são simples extensões do trabalho industrial, entre os quais a reparação de motores, máquinas, equipamentos, aparelhos e outros itens semelhantes.

Por outro lado, os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial, pelo fato de demandarem mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo. A intensidade do trabalho em tais serviços não é adequadamente e avaliada se for considerada exclusivamente em termos corporais, físicos, materiais. Que é intensidade do trabalho para um pesquisador se não for avaliado o aspecto imaterial de seu trabalho, o apelo à inteligência? Que é intensidade do trabalho para um professor se não for levada em consideração a capacidade de se relacionar com seus estudantes? Que é intensidade do trabalho para um enfermeiro ou para um médico se não forem observados aspectos afetivos e psicológicos da relação com o paciente que necessita apoio e cuidados? Que é intensidade do trabalho para um comunicador, um jornalista, um repórter, um entrevistador se não forem contabilizadas a pressão pela produção da matéria jornalística e a sua veiculação para um público de massa? Que é intensidade do trabalho para um secretário ou uma secretária se não for estimado o aspecto afetivo da relação com o chefe e o cliente? Como analisar a intensidade do trabalho de uma telefonista ou de um operador de comunicação se não for devidamente aquilatada a relação comunicativa?

Os setores que fazem apelo mais à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se são os serviços de educação e cultura, os serviços de saúde, os serviços sociais, os serviços de comunicação e telefonia, os serviços bancários e de finanças, de importação e exportação e outros que surgiram com a revolução informática. Tais serviços estão crescendo sistematicamente como empregadores de

mão-de-obra nas últimas décadas. Pesquisa futura precisa aprofundar como aparece a questão da intensidade do trabalho nessas formas de trabalho imaterial. Como alguns desses setores se situam entre aqueles em que mais se concentram os capitais e, conseqüentemente, em que as formas de competição por resultados, por produtividade, por eficiência, adquirem contornos mais ferozes – tais como os casos de finanças, telefonia, comunicações, pesquisas, importação e exportação –, não seria nada improvável pensar na hipótese de que o trabalho nesses setores pode estar sofrendo uma pressão ímpar por resultados.

Os problemas que se levantam para a teoria do valor não são pequenos, muito menos simples. Como pensar a dimensão do valor perante a imaterialidade, perante a cooperação da inteligência, a cooperação do sentimento, a cooperação do relacionamento interpessoal, os aspectos herdados pela socialização ou aprendidos culturalmente? Como medir o valor nesses casos? Ainda que inexistam respostas satisfatórias para tais questões (Lazzarato, 1992; Negri, 1992), deve ser mantido o sentido de incorporar estas dimensões imateriais do trabalho, que não se submetem ao crivo de medidas talhadas para mensurar quantidades no coração da teoria do valor trabalho.

As dimensões pessoais e coletivas da inteligência e do afeto não podem estar fora de qualquer teoria do valor que aspire a reconhecimento. A evolução em direção à imaterialidade parece uma tendência definitiva, e as teorizações precisam dar conta dessa dimensão do trabalho.

A emergência de sociedades em que a maioria dos empregos se localiza no setor de serviços levanta a possibilidade de surgimento de outros paradigmas de intensificação do trabalho, não necessariamente procedentes do paradigma industrial, uma vez que este paradigma apela eminentemente para o trabalho em seu sentido material e físico. Isto ficou explícito em todas as situações de intensificação analisadas, que sempre se aplicavam a determinadas indústrias nas quais se tentava intensificar o trabalho mediante aprendizagem e adaptação dos ritmos corporais ao ritmo imposto pelas máquinas, estudos dos movimentos corporais e tempos necessários para cada movimento, atribuição do controle de mais máquinas a um mesmo trabalhador, controle do desempenho por meio de sinais luminosos e de cartazes e assim por diante. Nos paradigmas industriais prevalece sistematicamente, através da história, o trabalho em sua dimensão física, que consome as energias do corpo do trabalhador, que produz cansaço físico, acidentes de trabalho e doenças do trabalho. A transição do paradigma da materialidade para o da imaterialidade é acompanhada por conseqüências de amplas implicações. O trabalho apoiado por computadores fixos e portáteis, por sistemas de comunicação por meio de telefones celulares e mil aparelhos que se sucedem freneticamente uns aos outros no mercado tende a romper com o padrão dos tempos de trabalho separados nitidamente dos tempos de não-

trabalho. As fronteiras passam a ficar mais difusas e os tempos de trabalho invadem os de não-trabalho, afetando a vida individual e coletiva.

A transição do material para o imaterial abre outra fonte de problemas para o trabalho por conta dos desgastes intelectuais e relacionais que a atividade imaterial impõe ao trabalhador. À medida que, numa sociedade, cresce o contingente de pessoas que trabalham em atividades imateriais, aumentam também os problemas pessoais e de saúde decorrentes da forma imaterial do trabalho e de sua intensificação. Esses elementos fundamentam a hipótese de que o trabalho imaterial deverá gerar acidentes e doenças do trabalho de naturezas totalmente distintas do trabalho material.

### **O trabalho de campo**

As informações referentes à relação entre intensidade e imaterialidade e a saúde dos trabalhadores foram colhidas em meio a um levantamento mais amplo realizado por amostra representativa dos trabalhadores assalariados do Distrito Federal, entre 2000 e 2002. O instrumento de coleta foi um questionário com perguntas padronizadas, mas questões relativas à saúde foram feitas de maneira aberta, de forma a identificar consequências novas, distintas, insuspeitas.

A técnica do levantamento amostral por questionário permitiu recolher declarações dos trabalhadores, sendo, portanto, os sujeitos diretamente envolvidos com a intensidade do trabalho que responderam perguntas e procederam a avaliações. Para que se tornasse possível avaliar um processo de intensificação do trabalho, como se supunha estar ocorrendo e como estudos internacionais sugeriam, foram entrevistados trabalhadores que contavam com pelo menos dois anos de serviço e que, assim, podiam avaliar, por experiência própria, o que estaria acontecendo com o seu trabalho no dia-a-dia.

O número de entrevistas realizadas foi aquele considerado adequado para contemplar o sentido de representatividade amostral. Para uma amostra com números muito grandes – os trabalhadores assalariados dos setores privado e público do Distrito Federal, em abril de 2000, representavam 601.600 pessoas, sobre um total da força de trabalho de 760.700 pessoas ocupadas<sup>2</sup> –, adotando um erro amostral de 3,5% e um intervalo de confiança de 95%, chegamos a 825 casos<sup>3</sup>, distribuídos por ramos de atividade conforme mostrado na Tabela 1.

**Tabela 1**

Distribuição dos trabalhadores assalariados entrevistados, segundo ramos de atividade, no Distrito Federal (2000-2002)

Ramos de atividade	no.	%
Supermercados	50	6,1
Bancos	40	4,8
Telefonia	49	5,9
Administração pública federal	116	14,1
Administração pública do DF	100	12,1
Alimentação	30	3,6
Oficinas mecânicas	50	6,1
Transporte	20	2,4
Construção civil	50	6,1
Emprego doméstico	78	9,5
Ensino público	66	8,0
Ensino privado	15	1,8
Saúde pública	30	3,6
Saúde privada	21	2,5
Limpeza e vigilância	29	3,5
Indústria de bebidas	13	1,6
Serviços pessoais	16	1,9
Shoppings	41	5,0
Serviços especializados	5	0,6
Indústria gráfica	6	0,7
<b>Total</b>	<b>825</b>	<b>100,0</b>

Fonte: O autor

Em função de pressupostos da pesquisa, alguns grupos de trabalhadores não puderam ser incluídos na pesquisa de campo. Foram excluídos da amostra os trabalhadores desempregados, pelo fato de não estarem trabalhando e, desta forma, não preencherem o critério de comparação das condições do trabalho atual com o anterior, e também os trabalhadores não assalariados, a exemplo dos autônomos, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares e outras formas de trabalho, em razão de o estudo se limitar à análise do trabalho assalariado, seja estatal ou privado. Também não foram incluídos na análise os trabalhadores aposentados, por já estarem fora do mercado de trabalho, e os trabalhadores assalariados com menos de dois anos de experiência em qualquer campo de atividade, dado que, para o estudo da intensificação do processo de trabalho, é necessário que o trabalhador tenha um tempo mínimo de experimentação para poder comparar o antes com o agora. Tais condições possibilitaram uma amostra mais madura dos trabalhadores assalariados, em que 53,4% têm 11 ou mais anos de atividade. É uma amostra de trabalhadores que podem refletir sobre sua experiência anterior de trabalho e, conseqüentemente, afirmar se processos de intensificação ocorreram ou não durante sua trajetória de vida.

### Saúde e trabalho imaterial intensificado

As relações entre trabalho e saúde sempre foram temas privilegiados da pesquisa científica e estão condensados na medicina, na psicologia, na ergonomia, na sociologia e outros tantos campos do conhecimento que, de uma forma ou de outra, lidam com estes problemas. Para esclarecer o real alvo desta pesquisa, é necessário primeiro explicar que nossa intenção foi levantar indícios, perseguir pegadas, decifrar sinais de um padrão distinto de manifestação da relação trabalho e saúde que começa a se manifestar ou está efetivamente em pleno desenvolvimento, em decorrência das conseqüências das condições de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. Nosso objetivo consiste em questionar se as condições do trabalho contemporâneo não estão produzindo um determinado perfil de problemas de saúde, distinto de momentos anteriores. Conduz a esta suspeita o entendimento de que a civilização industrial produziu e continua a causar determinados tipos de acidentes, doenças e problemas nos corpos e nas mentes daqueles que realizam o trabalho. Por prevalecer, na sociedade industrial, o trabalho material, as condições de saúde, de adoecimento e outros problemas sociais carregam as marcas próprias das determinações que as geram, isto é, da materialidade do fazer.

Duas condições contemporâneas alteram esse padrão industrial da relação saúde e trabalho. A primeira é o deslocamento da maior parte da força de trabalho da inserção em atividades industriais para atividades subsidiárias à indústria ou atividades inteiramente de serviços, terciárias e/ou imateriais. Essa transformação setorial atinge tanto os países capitalistas industriais de primeira geração, como os europeus, os Estados Unidos da América e o Japão, como países capitalistas que nunca foram totalmente industriais, no sentido específico de terem o maior contingente de sua força de trabalho operando em indústrias, como países da América Latina, entre os quais o Brasil. A transição entre indústria e serviço é uma transformação profunda, ampla, lenta e de implicações mundiais. A segunda condição, a onda de intensificação do labor, em quaisquer condições que ele se realize, seja em atividades agropecuárias e de exploração mineral, seja em atividades industriais ou de serviços. Quaisquer que sejam as condições de sua realização, o trabalho está sendo transformado pela exigência de mais resultados materiais ou imateriais, o que implica que o agente deve empenhar mais de suas energias físicas, mentais ou sociais na obtenção de mais resultados, de mais elevados objetivos, em suma, de mais trabalho. Sem que envolva propriamente alongamento de jornada, o trabalho em si começa a ficar mais denso, mais intenso, mais produtivo, aumenta a geração de mais trabalho e de valores. Tais condições distintas e desconhecidas, porquanto a transformação dos locais de trabalho nesse sentido começa a operar-se após os anos 80, devem produzir impactos consideráveis sobre a saúde da classe

trabalhadora. Confirmar se essa intensificação de fato acarreta impactos à saúde do trabalhador e identificar suas principais características são alvos perseguidos nesta análise do trabalho de campo.

A elevação da carga de trabalho observada nos dias de hoje, e que se expande com características diferenciadas por ramos de atividade, produz efeitos sobre os corpos dos trabalhadores. Seja por meio da explosão tecnológica da informática, seja por meio da reorganização social, o trabalho é transformado, redesenhado, precarizado, intensificado. Das especificidades próprias do trabalho contemporâneo parece resultar um conjunto de problemas de saúde de natureza diversa dos relacionados às atividades materiais. Em decorrência das crescentes exigências emocionais e mentais do trabalho, supõe-se que seria possível encontrar sinais de um volume maior de problemas dessa ordem sobre a saúde dos trabalhadores, a despeito do fato de o trabalho material continuar produzindo seus efeitos sobre os corpos em termos de acidentes, lesões físicas e doenças permanentes, pois a sociedade industrial não está abolida em hipótese alguma. Supõe-se que, lado a lado com perfil de problemas típicos da sociedade industrial, esteja se conformando um outro padrão de problemas trabalho-saúde.

É oportuno, de saída, apresentar como é vista a relação entre intensidade do trabalho e saúde no contexto internacional. David Fairris, no artigo *“Workplace transformation and the rise in cumulative trauma disorders: is there a connection?”* (2001), estabelece a ligação entre a transformação do local de trabalho e o aumento dos acidentes de trabalho e outras desordens físicas traumáticas. *Cumulative trauma disorders* (CTD) originam-se quando repetida pressão é exercida sobre os tendões, músculos ou nervos, causando inflamações ou prejuízos. Correspondem às nossas conhecidas lesões por esforços repetitivos (LER) ou aos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) (Cattani, 2003). Estabelecida a conexão causal, Fairris (2002) vai mais adiante e defende a proposta de que as empresas e o governo dos Estados Unidos ganhariam em termos econômicos se tomassem medidas para reduzir a enorme quantidade de acidentes, doenças e problemas provocados pela recente reorganização do trabalho.

A dimensão dos problemas decorrentes do trabalho pode ser avaliada a partir dos custos estimados. Referindo-se aos Estados Unidos da América, Askenazy (1999) descreve que

“(...) nos últimos quinze anos, muitas empresas americanas experimentaram uma profunda reorganização de suas estruturas corporativas e de produção. (...) Ao mesmo tempo, a saúde do trabalho sofreu. Exceto na área de construção, a taxa de acidentes de trabalho e de doenças aumentou fortemente no período entre 1982-1994. O custo total em 1995 dos 6 milhões de acidentes do trabalho foi superior a 100 bilhões de dólares” (Askenazy, 1999, p. 3).



Mais adiante, seguindo o caminho aberto por Fairris (2002), Askenazy (1999) defende a posição de que

“este aumento é em parte consequência das novas organizações. Elas elevam o passo do trabalho e não são compatíveis com regras de saúde. Um número de estudos de casos americanos e europeus confirma este ponto” (Askenazy, 1999, p.18).

Na Europa, o impacto da intensificação do trabalho sobre a saúde aparece também nos levantamentos feitos a cada cinco anos pela Comissão Européia para a Melhoria das Condições de Trabalho e de Vida nos países membros. Merllié e Paoli (2000) assim se expressam:

“A intensidade do trabalho aumentou na década passada, mais fortemente entre 1990 e 1995 que entre 1995 e 2000. A intensidade do trabalho está fortemente correlacionada com problemas de saúde relacionados ao trabalho e acidentes no trabalho. (...) As desordens musculoesqueléticas (dor nas costas e nos músculos, particularmente no pescoço e ombros) estão em crescimento, assim como *burn-out*. O estresse permanece no mesmo nível (28%). Há fortes correlações entre estresse e desordens musculoesqueléticas e maneiras de organizar o trabalho tal como trabalho repetitivo e velocidade do trabalho” (Merllié e Paoli, 2000, p. 1-4).

Os efeitos sobre a saúde da classe trabalhadora vão além da questão física e se manifestam também sobre a saúde mental. Derriennic e Vézina (2002), após analisarem dados oficiais franceses, assim concluem:

“Os resultados permitem apoiar o caráter patogênico no plano psíquico de uma demanda de trabalho elevada e de uma latitude decisional fraca (...) Tais conclusões são particularmente importantes num contexto de administração e redução do tempo de trabalho que arrisca de estar acompanhado duma densificação (redução das pausas e dos tempos de trocas informais) e duma intensificação do trabalho (fazer a mesma coisa em menos tempo) principalmente nas pequenas e médias empresas” (Derriennic e Vézina, 2002, p. 4).

Para o caso brasileiro, após sumarizar as principais contribuições de estudos sobre a interrelação trabalho e saúde psíquica, Mendes, Borges e Ferreira (2002) indicam como pontos importantes para futuras pesquisas

“(...) atenção ao contexto atual do trabalho que na contemporaneidade recebe influências das formas sofisticadas da acumulação flexível do capital, imprimindo uma ideologia que justifica como naturais e inerentes às situações certas transformações na realidade de trabalho, que são de fato, na maioria das vezes, perversas e potencializadoras dos riscos à saúde do trabalhador” (Mendes, Borges e Ferreira, 2002, p. 233).

Com este quadro em mente, que sustenta que a saúde dos laboradores está sendo afetada pela reorganização do trabalho nos anos posteriores a 1980, analisamos a seguir dados de campo, começando pela construção de um indicador geral de problemas de saúde decorrentes do trabalho. Tal indicador geral é obtido mediante a soma do total das pessoas que declararam já ter retirado atestado(s) médico(s), com as que declararam já ter sofrido acidente(s) de trabalho e com as que declaram algum tipo de doença, todas as declarações sempre vinculadas às condições de trabalho, excluídas repetições para reter apenas o número de pessoas que revelaram pelo menos um tipo de problema. O indicador geral de problemas de saúde decorrentes do trabalho é equivalente a 24,6% da amostra. Ou seja, quase um a cada quatro trabalhadores entrevistados declara já ter tido algum tipo de problema de saúde decorrente do trabalho<sup>4</sup>.

A análise das condições de saúde e de doença no trabalho pode ser detalhada mediante o recurso a três indicadores freqüentes na literatura do campo: número de atestados médicos, de acidentes do trabalho e de doenças do trabalho, que fornecem indicações quantitativas. O levantamento de campo permite também uma abordagem de tipo qualitativo que nos parece de extremo valor. Consiste em proceder a uma análise diferencial dos problemas de saúde verbalizados nos discursos dos trabalhadores de distintos ramos de atividade, comparando-os entre si, na busca de alguma indicação, pista ou caminho.

A percentagem de trabalhadores que afirmou já ter tirado atestado médico em decorrência da sobrecarga de trabalho corresponde a 18,9% (Tabela 2). No grupo das atividades capitalistas mais modernas, o ramo de telefonia desponta com a maior percentagem de trabalhadores que fizeram uso de atestados médicos nos últimos cinco anos (73,5%). As empresas de comunicação e telefonia foram recentemente privatizadas, e sobre elas implantou-se um regime de terror, elevando-se a intensidade do trabalho a níveis inauditos. Pelas declarações dos trabalhadores, podemos captar o novo cenário de reorganização do trabalho. Nenhuma resposta declara que a causa tenha sido a introdução de sistemas mais modernos de informática. A explicação dada pelos telefônicos passa pelo enxugamento de quadros (“a demanda por serviços telefônicos aumentou e são os funcionários que ficam com a parte mais pesada. Na parte onde eu trabalho, já foi demitido quase 50% do pessoal que tinha no começo” – entenda-se aqui, antes da privatização da empresa), pelo aumento dos clientes sem correspondente aumento de trabalhadores (“triplicou o número de assinantes e serviços da empresa”, explica uma telefonista), pela introdução de vários sistemas de controle por meio de pessoal (“tem um funcionário pago só para fiscalizar”, disse um entrevistado; “o funcionário é mais controlado”, disse outra trabalhadora), pelos sistemas de controles automáticos (“tem um controle para saber quantos clientes foram atendidos”).

O ramo bancário é igualmente exemplo de trabalho que conduz a muitos atestados médicos (30,0%). Pessoas que trabalham no ramo médico-hospitalar também apresentam altos índices de atestados médicos (33,3%), do mesmo modo que aqueles que trabalham em serviços especializados (20,0%).

Dessa forma, os campos de atividade imaterial são os principais responsáveis por atestados médicos. Aparece como uma exceção o ramo da construção civil, atividade material típica em que a percentagem de trabalhadores com atestados médicos também é elevada. Certos ramos das atividades capitalistas tradicionais, como os serviços pessoais, também apresentam taxas altas.

**Tabela 2**

Problemas de saúde mencionados pelos trabalhadores do Distrito Federal entrevistados, ocorridos nos últimos cinco anos em decorrência da sobrecarga de trabalho. (2000-2002)

Respostas	Atestados Médicos		Acidentes de trabalho		Doenças do trabalho		Indicador geral de problemas de saúde(*)	
	no.	%	no.	%	no.	%	no.	%
Sim	156	18,9	87	10,5	123	14,9	203	24,6
Não	669	81,1	736	89,3	701	85,0	622	75,4
Sem resposta	0	-	2	0,2	1	0,1	0	-
Total	825	100%	825	100%	825	100%	825	100%

Fonte: O autor

(\*) O indicador geral de problemas de saúde decorrente do trabalho consiste no cálculo resultante da soma das respostas afirmativas às questões relacionadas às três situações pesquisadas (atestados, acidentes e doenças do trabalho). Quando um entrevistado apresenta resposta afirmativa para mais de uma situação, contabiliza-se apenas uma ocorrência.

Acidentes do trabalho foram declarados por 10,5% da amostra, estando mais concentrados nas atividades materiais. A declaração de doenças do trabalho pelos trabalhadores atingiu o percentual de 14,9% da amostra – 123 pessoas entre os 825 entrevistados relatam sofrer de doenças decorrentes do trabalho.

O trabalho no ramo da telefonia está à frente dos demais, com 42,9% dos trabalhadores dizendo que sofrem de doenças provocadas pelo trabalho. É mais uma indicação de que esse setor está afetando a saúde dos seus trabalhadores de forma mais dura do que os demais setores de atividade.

Vale ressaltar a declaração de doenças do trabalho em três outros ramos de atividades capitalistas modernas: o ramo financeiro e bancário, com 17,5%, os serviços especializados, com 20,0%, e o ramo médico-hospitalar privado, com 19,0%.

Entre os trabalhadores do ensino público, as doenças do trabalho atingem 25,8% dos entrevistados, significando que o trabalho educacional apresenta condições bastante ruins para seus trabalhadores.

Os dados estatísticos descritos sustentam a tese de que a intensificação do trabalho afeta fortemente a saúde dos trabalhadores. Entretanto, não apresen-

tam sinais e indicações inequívocos de uma diferenciação em perfis distintos de problemas. Sustentação para esta segunda hipótese pode ser obtida a partir das verbalizações dos assalariados a respeito dos tipos de problemas de saúde que sofrem. Dessa maneira, obtivemos dois grupos de respostas diferenciadas, que servem de modelo e estão listados no Quadro 1.

**Quadro 1**

Problemas de saúde mencionados pelos trabalhadores de empresas de telefonia e comunicação e de empresas de construção civil do Distrito Federal (2000-2002)

Trabalhadores de telefonia e comunicação	Lesões por esforços repetitivos (LER)
	Estresse
	Audição
	Depressão
	Hipertensão
	Gastrite
	Visão
Trabalhadores da construção civil	Quedas
	Lesões nas pernas
	Lesões nos pés
	Lesões nos dedos
	Lesões nas mãos
	Lesões nos braços
	Lesões na cabeça
	Lesões nos dentes

Fonte: O autor

Os problemas elencados pelos trabalhadores da construção civil representam o modelo da relação trabalho-saúde da sociedade industrial; os problemas mencionados pelos trabalhadores do ramo de telefonia e comunicação, o perfil de trabalho-saúde das atividades imateriais e de serviços.

- Padrão da relação trabalho material e saúde do trabalhador: no ramo da construção civil, tomado como exemplo, os trabalhadores apontaram os seguintes problemas mais frequentes de saúde: quedas, lesões nos pés, pernas, joelhos, dedos, mãos, braços, dentes e cabeça. É um quadro indicativo da preponderância do trabalho manual, em que o trabalhador está continuamente exposto ao perigo de acidentes de trabalho e a outras lesões com características físicas, corporais;
- Padrão da relação trabalho imaterial e saúde do trabalhador: este padrão inclui os seguintes problemas apontados pelos trabalhadores do ramo de telefonia: LER e DORT, estresse, depressão, hipertensão e gastrite. As indicações

dos problemas de saúde, portanto, são de outra ordem. Referem-se, especialmente, à saúde psíquica e a problemas decorrentes de um tipo de trabalho que é eminentemente intelectual e relacional.

Ribeiro (1999) estuda o trabalho no ramo da atividade bancária, bastante semelhante ao trabalho em telefonia e comunicação pelo recurso à capacidade mental e relacional. Neste estudo, detém-se nas

“(...) lesões das partes moles e superiores do aparelho locomotor atribuídas ao trabalho (LER). Trata-se de um modo de adoecimento coletivo de tendência crescente, cuja causalidade do trabalho, apesar de menos direta e menos aparente e dramática, tem sido reconhecida em todo o mundo, a partir do final da década de 1950. Afirma serem as LER uma doença emblemática do novo ciclo de desenvolvimento e crise do capitalismo, iniciado nos países centrais nos anos subseqüentes à Segunda Grande Guerra e acelerado nos anos 70, cuja característica mais visível e comentada é a tecnologia da automação eletroeletrônica” (Ribeiro, 1999, p. 17).

Ao abordar aceleração dos anos 1970 em diante, o autor parece estar se referindo ao mesmo fenômeno por nós analisado sob a égide da intensificação do trabalho. Ainda assim, em função da análise de apenas um setor de atividade, o autor não consegue indigitar padrões ou perfis diferenciados.

Os demais estudos internacionais citados (Fairris, 2001 e 2002; Askenazy, 1999; Derriennic e Vezina, 2002; Merllié e Paoli, 2000) são explícitos em mencionar a elevação da quantidade de problemas de saúde com a reorganização dos locais de trabalho. Nossa contribuição procura ultrapassar a perspectiva do agravamento de problemas de saúde, estabelecendo também a idéia de perfis distintos de impactos de saúde. Se o trabalho intensificado eleva exponencialmente os problemas de saúde, sugerimos, adicionalmente, que as atividades típicas do setor terciário, em que prevalece a imaterialidade da ação, estariam conduzindo ao aparecimento de problemas de saúde distintos daqueles vivenciados pela sociedade industrial e pelos operários industriais.

O trabalho imaterial produz impactos distintos sobre a pessoa do trabalhador, devido não apenas ao tipo de trabalho realizado, mas também, especialmente, às determinações que impõe ao trabalhador. O trabalho imaterial intensificado apresenta um quadro específico de problemas relativos à saúde, que é descrito a partir das manifestações dos entrevistados pertencentes ao ramo da telefonia.

Vinte e dois dos 33 entrevistados que operam no ramo de telefonia apontaram algum problema de saúde decorrente do seu trabalho. Dois em cada três trabalhadores (66,6%) indicaram que sentiam impactos sobre a saúde como conseqüência do tipo de trabalho realizado. Esses números constituem um argumento inicial poderoso, no sentido de que o trabalho imaterial po-

de ser tão pernicioso à saúde do trabalhador quanto o trabalho material. Em segundo lugar, importa examinar com detalhes os tipos de problemas que acompanham o trabalho imaterial. Vendramin (2002, p. 6) relata como o “estresse se expande: estresse ligado à pressão crescente sobre o trabalho, aos fluxos de atividade, estresse de avaliação” nas atividades submetidas às tecnologias de informação e comunicação.

Se tratados conjuntamente, os diversos tipos de lesões por esforços repetitivos, mais estresse, depressão, hipertensão e gastrite, permitem-nos obter um perfil dos problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho imaterial. De alguma maneira, esse conjunto de condições negativas da saúde do trabalhador decorre de qualidades próprias do trabalho imaterial denso: tarefas que se repetem ininterruptamente por períodos prolongados, pressão sobre os trabalhadores sob a forma de cobranças de resultados por chefes e administradores, pressão através das formas de controle sobre a quantidade e a qualidade do trabalho realizado, pressão por parte das exigências da clientela, que impõem um esforço mental e um controle emocional sobre-humanos, efeitos sobre o lado psíquico e relacional do trabalhador que deixam marcas sobre o corpo nas formas de tendinites, gastrites, hipertensões e que extrapolam o ambiente de trabalho, com reflexo sobre a vida familiar e social dos indivíduos.

Nesta incursão feita a uma região do mundo do trabalho imaterial – a telefonia –, somos levados a concluir que, neste ramo, a intensidade do trabalho é elevada a seus níveis máximos; que nele se desenvolvem formas particulares de controle sobre a quantidade e a qualidade do trabalho somente passíveis de serem acionadas eficazmente com a presença das tecnologias de informação e de comunicação; que, por vezes, tais formas de controle extrapolam a relação vertical e passam a operar horizontalmente como um autocontrole entre os próprios companheiros de trabalho, na forma de controle ‘sobre’ e ‘de’ construção do sujeito; e que essas qualidades do trabalho imaterial geram determinados tipos de problemas para a saúde do trabalhador que têm a ver com o trabalho repetitivo em alta velocidade, com uma demanda imensa sobre o equilíbrio psíquico e a capacidade mental dos trabalhadores, com as exigências e as cobranças por resultados e as exigências de qualidade total.

Escreve Askenazy (1999):

“A taxa de adoecimento explodiu desde 1983, aumentando 400%. Este aumento é integralmente explicado pelo crescimento dramático dos casos de trauma repetidos: cresceram doze vezes entre 1983 e 1994, isto é, durante os anos-chave da reorganização. O fenômeno que mais chama a atenção é o crescimento de casos de traumas no setor terciário: companhias de telefone, redes de abastecimento ou hospitais são agora setores com alto nível de traumas repetidos” (Askenazy, 1999, p. 16).

O trabalho docente envolve, por sua vez, elementos típicos do desgaste físico, como também os decorrentes da pressão por mais resultados. Um bom número das conseqüências das condições do trabalho sobre os professores não apresenta um quadro diferente dos tradicionais problemas sentidos pelos trabalhadores do ramo. Entre estes, podemos citar os problemas de alergia a giz, os problemas de garganta, rouquidão e nódulos nas cordas vocais. Outro conjunto de sintomas declarados, no entanto, revela o efeito do trabalho intelectual prolongado, típico do perfil das doenças decorrentes do trabalho submetido a forte pressão por resultados, com atribuições de responsabilidades, com altos graus de flexibilidade e versatilidade. Entre eles estão o estresse, as gastrites crônicas e as lesões por esforços repetitivos.

Este quadro de dois grupos de problemas distintos decorrentes do trabalho corresponde ao fato de que, na rede privada do Distrito Federal, ainda não se verifica uma forma de gestão de pessoal inequivocamente nova: tendências arcaizantes de vigilância e repressão andam de mãos dadas com elementos de administração contemporânea (mais resultados, flexibilidade). Após pesquisar docentes de uma escola privada na Bahia, Freitas (2005) conclui:

“A peculiaridade de nossos dias é a intensificação do trabalho. Com isso, o palco das salas de aulas tem professores mais tensos, hipertensos, com movimentação limitada nos membros doloridos, roucos; eventualmente aposentados em atividade e desrespeitados por aluno e pelo patronato, mas resistentes e mobilizados, mesmo que não de forma coletiva, em torno da idealização da educação que é dialogada entre eles (...) As doenças dos professores, que se tornam mais comuns nos últimos anos, são sintomas da intensificação do trabalho, da maior exploração, das excessivas atividades extra-classe, da monetarização do ensino” (Freitas, 2005, p. 204-205).

Já o ramo da construção civil representa os problemas típicos da sociedade industrial. Se a construção civil no Distrito Federal caracteriza-se por traços de tradicionalidade, a despeito de ser um ramo econômico grande, poderoso e empregador de grande contingente de mão-de-obra, o perfil dos problemas de saúde que apareceram no levantamento sobre intensidade do trabalho corresponde aos problemas clássicos e tradicionais do setor, os acidentes de trabalho, e aos problemas representativos da sociedade industrial. Os problemas de maior gravidade decorrentes de acidentes na construção civil, tais como as lesões físicas que requerem longos ou médios tratamentos, e aqueles acidentes que conduzem ao afastamento permanente do trabalhador de sua ocupação e aqueles que levam à morte não são captados em nosso levantamento, que se aplicava a trabalhadores em ação. Outras fontes de informação, em particular dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, permitem acessar tais informações e formar um quadro espantoso de sua incidência em nosso país (Dal Rosso, Barbosa e Fernandes Filho, 1999).

A análise da relação trabalho-saúde conforme encontrada no trabalho de campo realizado, sugere que os problemas de saúde aumentam de forma gigantesca com a intensificação do trabalho. Sugere, além disso, que, ao lado dos problemas típicos da sociedade industrial, pode estar aparecendo todo um perfil distinto de problemas de saúde, decorrentes da inserção da população em formas de trabalho imaterial e da crescente exigência por maiores resultados. Um dentre cada quatro trabalhadores informa que sofreu consequências em sua saúde em decorrência da intensificação do trabalho. As consequências vão desde o recurso a atestados médicos pelos mais diversos motivos, passam por acidentes no trabalho e vão até doenças manifestas com duração mais ampla.

### **O padrão de problemas de saúde decorrente do trabalho imaterial intensificado**

Uma das justificativas para realizar a pesquisa sobre intensidade do trabalho no Distrito Federal provém do fato de que as atividades econômicas predominantes são serviços e não atividades industriais ou primárias, que são os tradicionais *loci* de observação do trabalho intensificado. Serviços, a exemplo de educação, saúde, pesquisa, comunicação, telefonia, finanças, importação e exportação, cultura, comércio, permitem explorar a prevalência de demandas de tipo intelectual, emocional ou relacional sobre os trabalhadores, devido à natureza imaterial dos trabalhos realizados. A imaterialidade do trabalho conduz à observação de impactos distintos sobre os corpos e as mentes dos trabalhadores. Como todo tipo de trabalho, os serviços apresentam formas próprias de intensificação. Um dos grandes achados desta pesquisa está no fato de estabelecer grupos de doenças, acidentes e sintomas de adoecimento, típicos do trabalho intensificado em atividades de serviço, que fazem parte do setor capitalista moderno e de serviços governamentais. É possível contrapor uma tipologia de ataques à saúde e de adoecimento dos trabalhadores em serviços intensificados a uma tipologia semelhante em trabalho industrial. As corporações que operam no campo da telefonia e comunicação costumam ser citadas nas pesquisas como *sweatshops* da era da revolução informática. Tomando o trabalho nesse ramo como protótipo do trabalho intensificado moderno, por ser executado em empresas de grande porte de âmbito nacional e internacional e que operam com altíssimas concentrações de capital – empresas e monopólios que exigem tudo dos seus trabalhadores em termos de resultados cada vez maiores do trabalho –, podemos avançar na tese de que esse trabalho intensificado produz um determinado tipo de efeitos sobre a saúde dos trabalhadores.

Nossa pesquisa revela que tal padrão de minar a saúde dos trabalhadores envolve as seguintes características que oferecem indicações sobre a



natureza dos problemas a serem enfrentados no futuro com o trabalho imaterial intensificado: estresse, LER e DORT, gastrite, hipertensão, depressão, muitos atestados médicos, doenças permanentes decorrentes de tais agressões à saúde. Quando comparado tal padrão com as conseqüências à saúde encontradas em outras atividades capitalistas tradicionais ou nas atividades governamentais, nos deparamos com uma mudança de padrão, pois nas atividades tradicionais são mais freqüentes problemas decorrentes do aspecto físico do trabalho. Dessa comparação resulta que a intensificação do trabalho, segundo os parâmetros vigentes naqueles setores hegemônicos da economia internacional, engendra um determinado padrão de doença que, à medida que essas formas de intensificação do trabalho se generalizam por todos os ramos da economia, também conduz a um processo de universalização das condições de doença próprias do trabalho moderno.

## Notas

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (Unb) e pesquisador do CNPq. Doutor em Sociologia na Universidade do Texas em Austin. <sadi@unb.br>

<sup>2</sup> A fonte destas informações provém da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no Distrito Federal, abril de 2000, Tabela 6. A PED é efetuada em conjunto pelo Dieese e pela Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

<sup>3</sup> A fórmula empregada para calcular a amostra da pesquisa de campo é a seguinte:

$$N = \frac{Z^2 (P\mu) (1-P\mu)}{E^2}$$

em que N = o tamanho da amostra desejada

Z<sup>2</sup> = o escore Z adequado ao nível de confiança selecionado

Pμ = a proporção da população com a característica determinada

E<sup>2</sup> = o erro amostral elevado ao quadrado.

A fórmula depende basicamente de dois parâmetros: o intervalo de confiança (Z) e o erro amostral (E). Desenvolvendo-a com os valores estabelecidos, encontramos o tamanho da amostra procurada (N).

$$N = \frac{1.96^2 (.5) (.5)}{.035^2} = \frac{.9604}{.001225} = 784$$

O tamanho da amostra de 784 casos não é muito grande, dados os valores adotados para intervalo de confiança e erro amostral. Em ambos os casos, adotamos valores bastante

amplos, uma vez que o levantamento amostral sobre intensidade do trabalho não é precedido de estudos anteriores que, no Brasil, tenham definido regularidades ou pontos de partida mínimos. Ao contrário, o levantamento amostral que propomos traz a marca de abrir caminhos no campo específico de estudos de intensidade do trabalho. Daí os valores para intervalo de confiança e erro amostral.

Na execução do trabalho de campo, tivemos a precaução de preencher cerca de 10% a mais de questionários para antecipar possíveis problemas de erros de preenchimento ou de outra ordem, mantendo as devidas proporções entre os ramos de atividade. Com isso, chegamos a um total de 825 questionários preenchidos, cuja distribuição pode ser visualizada na Tabela 1. Este total de 825 questionários constitui a base de dados para toda a análise a seguir.

<sup>4</sup> Ver comparações com pesquisa sobre a União Européia, em Merllié e Paoli (2000).

## Referências

- ASKENAZY, Philippe. 1999. Lean production and workplace health. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 10 abr. 2004.
- . 2000. The consequences of new workplace practices in the United States. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em 07 abr. 2004.
- BARTOLI, Marc. 1980. *L'intensité du travail*. Tese de Doutorado, grenoble: Universidade de Ciências Sociais.
- BIT (Bureau International du Travail). 2003. *Annuaire des statistiques du travail*. Genève: BIT.
- BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Eve. 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- BROWNING, Harley; SINGELMANN, Joachim. 1975. *The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectoral transformation of the labor force in the USA*. Austin (EUA): The University of Texas at Austin. Relatório de pesquisa.
- CASTEL, Robert. 1995. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard.
- . 2004. *L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'entre protégé?* Paris: Lá République des Idées/ Éditions du Seuil.
- CASTILLO, Juan José. 1998. Em busca do trabalho perdido. In: KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José. *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*. Oeiras (Portugal): Celta, p. 131-152.
- CATTANI, Antonio David (org.). 2003. *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- CEE (Centre d'Études de l'Emploi). 2002. *Seminaire et colloque Intensification du travail*. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 12 abr. 2004.
- CLARK, Colin. 1940. *The condition of economic progress*. London: Macmillan.
- DAL ROSSO, Sadi. 2003. Flextempo: flexibilização da jornada à brasileira. In: FERREIRA, Mário César; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). *A regulação social do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, p. 71-92.
- . FREITAS, Carlos Eduardo de. 1999. A violência na história brasileira do trabalho. In: SILVA, José Fernando da; LIMA, Ricardo B. de; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). *Trabalho e violência: a violência criminalizada (homicídios) e o mundo do trabalho no Brasil*. Brasília:

- MNDH/EDUnB; Goiânia: Editora UFG.
- . BARBOSA, Maria Luiza; FERNANDES FILHO, Haroldo P. 1999. Intensidade do trabalho e acidentes. In: SILVA, José Fernando da; LIMA, Ricardo B. de; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). *Trabalho e violência: a violência criminalizada (homicídios) e o mundo do trabalho no Brasil*. Brasília: MNDH/EDUnB; Goiânia: Editora UFG.
- DERRIENNIC, Francis; VÉZINA, Michel. 2002. Intensification du travail et répercussions sur la santé mentale: arguments épidémiologiques apportés par l'enquête ESTEV. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification/pdf/Derriennic%20Vezina.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2004.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). 2004. Pesquisa de emprego e desemprego (PED-DF), abril de 2000. Disponível em: <www.dieese.org.br/ped/brs/ped-brs0400.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2005.
- DURAND, Jean-Pierre; GIRARD, Sylvain. 2002. Attribution, perception et négociation de la charge de travail. *Les Cahiers d'Évry*, maio, p. 1-136.
- EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. 2001. *Time constraints at work and health risks in Europe*. Disponível em: <www.euro-found.ie/publications/files/EF0307EN.pdf>. Acesso em 20 jun. 2004.
- FAIRRIIS, David. 2001. Workplace transformation and the rise in cumulative trauma disorders: is there a connection? *Journal of Labor Research*, v. 22, n. 1, p. 15-28.
- . 2002. Towards a theory of work intensity. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em 17 abr. 2004.
- FERNEX, Alain. 2000. Intensité du travail, définition, mesure, évolutions. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 02 abr. 2004.
- FREITAS, Carlos Eduardo S. de. 2005. *Trabalho estranhado em professores do ensino particular em Salvador em um contexto neoliberal*. Tese de doutorado, Brasília: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.
- GOLLAC, Michel; VOLKOFF, Serge. 1996. Citius, altius, fortius: l'intensification du travail. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 114, p. 54-67.
- GOUNET, Thomas. 2001. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- GORGEU, A.; MATHIEU, René; PIALOUX, Michel. 2002. Polyvalence, polyvalence ouvrières et intensification du travail: l'exemple de l'industrie automobile. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 13 jun. 2004.
- GORZ, André. 2003. *L'immatériel*. Paris: Galilée.
- GREEN, Francis. 1999. *It's been a hard day's night: the concentration and intensification of work in late 20<sup>th</sup> century Britain*. Kent (UK): Department of Economics, University of Kent at Canterbury. Working paper.
- . 2000. *Why has work effort become more intense?* Conjectures and evidence about effort-biased technical change and other stories. Kent (UK): Department of Economics, University of Kent at Canterbury. Working paper.
- HOEFEL, Maria da Graça L. 2003. *Processos saúde enfermidade trabalho: síndrome do sobrevivente (estudo de caso em setor financeiro)*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- KELLIHER, Clare; GORE, Julie. 2002. Functional flexibility and the intensification of work: transformation within service industries. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em 11 ago. 2004.
- LAZZARATO, Maurizio. 1992. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. Disponível em <www.multitudes.samizdat.net/auteur.php3?id\_auteur=6>. Acesso em 15 set. 2004.
- MARX, Karl. 1975. *O capital*. New York: International Publishers.

- \_\_\_\_\_. 1985. *Teorias da mais-valia*: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 3 v.
- MENDES, Ana M; BORGES, Livia O.; FERREIRA, Mário C. 2002. *Trabalho em transição, saúde em risco*. Brasília: EdUnB.
- MERLLIÉ, Damien; PAOLI, Pascal. 2000. *Ten years of working conditions in the European Union (Summary)*. Dublin (Ireland): European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- MÉSZÁROS, Istvan. 2002. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp.
- NEGRI, Toni. 1992. Valeur travail: crise et problèmes de reconstruction dans le postmoderne. Disponível em: <www.multitudes.samizdat.net/auteur.php3?id\_auteur=13>. Acesso em: 12 out. 2004.
- \_\_\_\_\_. LAZZARATO, Maurizio. 1990. Travail immatériel et subjectivité. Disponível em: <www.multitudes.samizdat.net/auteur.php3?id\_auteur=6>. Acesso em 09 out. 2004.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2002. Measuring productivity: Measurement of aggregate and industry-level productivity growth. OECD Manual: Paris: OECD.
- PERILLEUX, Thomas. 2002. Diffusion du contrôle et intensification du travail. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 06 maio. 2004.
- RIBEIRO, Herval P. 1999. *A violência oculta do trabalho*: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- SMITH, Adam. 1973. *Indagine sulla natura e le cause della ricchezza delle nazioni*. Milano: Istituto Editoriale Internazionale.
- VALEYRE, Antoine. 2003. Formes d'intensification du travail, dynamiques de l'emploi et performances économiques dans les activités industrielles. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 19 maio. 2004.
- VENDRAMIN, Patricia. 2002. Les TIC, complices de l'intensification du travail. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 27 jun. 2004.
- VÉZINA, Nicole; STOCK, Susan; ST-JACQUES, Yves. 2002. L'intensification du travail de couturières: savoir-faire et prévention des douleurs articulaires. Disponível em: <www.cee-recherche.fr/fr/colloque\_intensification>. Acesso em: 15 maio 2004.
- WEBSTER, Juliet. 2001. *Working and living in the European knowledge society*: the quality of working life and its effects on the wider lives of employees. Dublin (Irlanda): Employment Research Center, Department of Sociology, Trinity College. Relatório de pesquisa.

---

Recebido em 01/09/2005

Aprovado em 08/11/2005